

Cultura política no Rio de Janeiro da Primeira República

Vera Lúcia Bogéa Borges*¹

RESUMO

No Brasil, o crescimento do movimento republicano a partir de 1870 consolidou suas lideranças em duas grandes cidades com contornos bastante distintos: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta fase marcada pelo ocaso do Império e pelos primeiros ventos republicanos, a futura capital federal acolhia migrantes nordestinos, escravos, ex-escravos e imigrantes de diversas origens. Desta forma, o Rio de Janeiro pode ser percebido como arena cultural ao ter seu ambiente redimensionado enquanto teatro da ação humana. Além de organizar o espaço, a cidade também apresentava uma dimensão política ao servir de cenário de dominação político-administrativa sobre o conjunto de seus habitantes. Neste sentido, a partir do urbanismo forjado pelas autoridades da *belle époque*, discutiremos a condição da capital como vitrine e pólo irradiador da política através de seus diversos atores sociais e sua repercussão em jornais e revistas da época.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura política, Primeira República e Cidade.

TITLE: Political Culture in Rio de Janeiro during the First Republic

ABSTRACT

In Brazil the growth of the republican movement as of 1870 consolidated its leaderships in two large cities with very distinct contours: RJ and São Paulo. In this phase marked by the end of the Empire and by the first republican winds, the future federal capital received immigrants from the Brazilian northeast, slaves, former slaves, and immigrants from various origins. In this way, RJ can be viewed as a cultural arena in having its environment redimensioned insofar as it became a theater of human action. Besides organizing its space, the city also displayed a political dimension in serving as the scenery of politico-administrative domination over the whole of its inhabitants. Starting from the urbanism forged by the authorities of the belle époque, we will discuss the capital's status as a showcase and irradiating pole of politics through the actions of its various social actors and its repercussion in newspapers and magazines of the time.

KEY WORDS : Political Culture, First Republic, and City.

A expressão *cultura política* apresenta, a princípio, componentes que estariam em campos antagônicos, em outras palavras, de um lado a riqueza considerável que a abordagem cultural ganhou com a renovação proposta pela *École des Annales* e, de outro, o alvo crítico desse mesmo grupo, o *político* (BERSTEIN,1998:349). Nesse sentido, Jacques Le Goff afirma que o historiador dos *Annales* formou-se na idéia de que a história política era *velha e antiquada* (LE GOFF, 1985:221-242). De certa maneira, a influência marxista disseminou-se na grande maioria dos historiadores de forma consciente ou não. Uma leitura demasiadamente apressada de Marx poderia fazer pensar que ele classificasse a política entre as superestruturas da sociedade e considerasse a história política como um epifenômeno da história das relações de produção. Le Goff recorda que o marxismo-leninismo foi acusado de não mostrar suficiente interesse pela

¹ * Doutoranda em História (UERJ) e Professora do Colégio Pedro II.

história e teoria políticas, durante muito tempo empenhando-se neste setor apenas no nível do Estado e da Nação

Como destaca Martha Abreu (ABREU, 2005:409), a historiografia já se debruça há algum tempo na discussão sobre as relações entre cultura e política, ou ainda cultura e poder, e ganha novo fôlego com o diálogo estabelecido entre história política e história cultural. Os novos ventos que sopravam desde os anos 60 nas ciências sociais, permitiram que as renovações teóricas nesses dois campos da história. Assim, no debate sobre a cultura política uma importante janela se abre ao proporcionar a análise do cotidiano no combate político. Aqui vale uma consideração. Ângela de Castro Gomes destaca que desde aquela década, os crescentes contatos entre historiadores e cientistas sociais e políticos demonstravam novos tempos nas relações interdisciplinares e no pensamento político brasileiro. Assim, cada vez mais os textos políticos ganhavam espaço nas publicações dos cursos de graduação e de pós-graduação. No Brasil, a revitalização da história política realizou-se de braço dado com as questões ligadas ao tempo presente. Além disso, reforça Ângela de Castro Gomes, a questão de fôlego estava na demanda social que busca uma interpretação histórica para os acontecimentos com que cada vez mais intensamente se convive. Portanto, na dita *velha história política* com foco no político-administrativo, a ênfase nos estudos da colônia e do império era gritante quando comparados com interesse menor que a república despertava. Por conseguinte:

A revitalização dos estudos de história política, ou o que tem sido chamado de o “retorno” da história política, guarda relações profundas com as mudanças de orientações teóricas que atingiram as ciências sociais de forma geral. Inúmeros autores situam o fenômeno como uma crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também o de uma vertente da escola dos Annales. Esta crise, traduzida pela recusa de explicações determinísticas, metodologicamente quantitativas e marcadas pela “presença” de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço, teria impactado o campo das ciências humanas forçando-as a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas. (GOMES, 1996: 63).

Desta forma, os estudiosos da história política não devem se preocupar em reclamar para si espaço especial em termos de campo do saber histórico. Nesta discussão, tanto apresentam autonomia no conhecimento quanto seus estudos podem, ainda, dar novo brilho à realidade social. As fronteiras com os outros campos são fluidas, especialmente com as questões culturais, ao permitir interpretações ligadas tanto à curta duração, ao acontecimento, quanto à longa duração como à conformação de uma mentalidade ou cultura política de um grupo maior ou

menor. Por fim, podemos destacar que ao trabalhar com uma história do tempo presente, a história política frequentemente compartilha sua reflexão com a produção de sociólogos e de cientistas políticos o que significa, muitas vezes, uma delicada relação. Neste sentido, os cientistas sociais estão mais vulneráveis e precisam cercar-se de cuidado ao sofrerem o impacto da absorção de novos objetos e metodologias, como por exemplo a história oral. No Brasil, os estudos políticos alargaram a concepção da política para além da esfera institucional e administrativa ao destacar a ação do Estado, bem como de outros atores coletivos até então desmerecedores de atenção.

No país, o crescimento do movimento republicano a partir de 1870 consolidou suas lideranças em duas grandes cidades com contornos bastante distintos: Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Richard Morse, podíamos chamar o *Rio de Janeiro imperial* de *coração* do Brasil e, por sua vez, a *São Paulo imperialista* de *cabeça* do país. Nesta fase marcada pelo ocaso do Império e pelos primeiros ventos republicanos, a futura capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, acolhia migrantes nordestinos, escravos, ex-escravos, estrangeiros como portugueses, espanhóis, italianos, ciganos, árabes, judeus da Europa Oriental e do Oriente Médio. Estes últimos abrigaram-se num bairro judeu que existiu nos arredores da Praça Onze de fins do século XIX até meados da década de 1940 (FRIDMAN, 2007). Dentre outros motivos, podemos compreender esta migração como desdobramento da política adotada por países da Europa Oriental, o que acabou por alimentar sentimentos de anti-semitismo reforçados pelos movimentos políticos da década de 1870 baseados em pressupostos pretensamente associados às desigualdades das *raças*.

Na Praça Onze e adjacências existiam, ainda, outros grupos étnicos como os negros que ocupavam o morro da Providência, bem como os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Desde a abolição da escravidão, os negros desempenhavam atividades de estivadores, lustradores, marceneiros, biscateiros e passaram a residir nos *zungus*, nas casas de cômodo e nas primeiras favelas que surgiam. Com a proclamação da República, a classe trabalhadora em geral, e a população negra em particular, percebiam as mudanças que o novo regime trazia consigo. As reformas promovidas pelas autoridades também tinham como alvo a cultura afro-descendente, motivadas pela intolerância religiosa e pelas críticas aos folguedos. Com certeza, o verdadeiro alvo eram os pobres de modo geral. Neste caso podemos destacar ainda os imigrantes

considerados de *baixa cultura* como os portugueses na capital federal, os italianos de São Paulo, os turcos, os judeus pobres entre outros que emigraram para o Brasil.

Os tempos monárquicos pareciam deixar saudades na população carioca pobre, a ponto de os negros da cidade reagirem de forma hostil às administrações republicanas ao instituírem uma *cidade alternativa* e com cores próprias. As diversas propostas de intervenções urbanas retratavam uma imagem idealizada de civilização que atendia aos interesses da elite através de três indicadores. O primeiro deles, refere-se à beleza com a idéia de *limpeza* que, de acordo com esta concepção, significaria erradicação dos cortiços e proliferação de jardins pelos espaços públicos. O segundo estava associado à conveniência que facilitaria a circulação pela cidade e o funcionamento de seus serviços públicos. Por fim, a necessidade da garantia de segurança a partir da ação de forte aparato policial. Com relação às primeiras administrações republicanas é possível afirmar que:

Acreditando que sua missão era promover o “progresso” e a “civilização” na Capital Federal, os burocratas republicanos partiram para uma profunda cirurgia do espaço urbano. Informados por um entendimento bastante restrito do significado da palavra progresso – integração completa nas relações internacionais de mercado e imitação deslumbrada de costumes parisienses -, estes senhores começaram por perseguir capoeiras e demolir cortiços, e tiveram seu momento de maior glória na reforma urbana liderada pelo prefeito Pereira Passos. Não é necessário repetir aqui as linhas gerais de uma história que vem se tornando cada vez mais bem conhecida, bastando enfatizar que a contrapartida a esta política agressiva de transformação da cidade e de intolerância em relação à cultura popular foi a obstinada resistência da classe trabalhadora carioca a algumas das principais medidas dos governos republicanos do período. (CHALHOUB, 1990:184).

Por sua vez, os estrangeiros representavam cerca de um terço da população carioca economicamente ativa, entre os anos 1870 e 1906, e ocupavam principalmente a região da Cidade Nova e seus arredores. Neste segmento, destacavam-se os portugueses que desempenhavam principalmente as funções de artesãos, operários, carregadores, biscateiros, vendedores entre outras atividades. Além deles, desembarcaram também no porto do Rio de Janeiro número expressivo de espanhóis que se destacavam sobretudo no setor de serviços, como cafés, botequins, pensões e hotéis, na construção civil, nos transportes e no comércio ambulante. Já os italianos chegaram a ocupar cargos na administração pública, além de serem tipógrafos, mascates, artesãos e jornaleros. Ainda no século XIX, os ciganos empregavam-se nas ocupações referentes ao tráfico de escravos, aos negócios interprovinciais de animais e montaria e ainda ao artesanato. Por fim, os sírios e os libaneses, de forma geral chamados de *turcos* pelo fato do

Líbano e da Síria fazerem parte do Império Turco Otomano, estavam ligados principalmente ao comércio ambulante. Estes últimos acabaram por formar a *Turquia Pequena* ou ainda o *Bairro Árabe* nas adjacências da rua da Alfândega.

A partir dessas considerações, compreendemos que nesses anos da Primeira República, um dos elementos mais expressivos para a reflexão sobre a cultura política refere-se às reformas que foram impostas à cidade do Rio de Janeiro. O foco da questão avança em direção à modificação dos espaços da cidade, não apenas no sentido da caracterização física da rua ou mesmo das casas de seus habitantes, mas na valorização das ações dos atores sociais que nela circulavam. Portanto, mais do que o aspecto urbanístico, o que nos interessa é a discussão pelo ponto de vista social. Geograficamente, a capital federal apresentava distinções visíveis, os espaços da elite contrastavam com os espaços dos setores populares. Em contrapartida, a metamorfose do Rio Janeiro permitia intensa circulação de pessoas e de idéias, o que provocava frouxidão na rígida proposta de cidade idealizada pela elite política e econômica carioca. Dito de outra maneira, a idéia dos reformadores urbanos do início do século XX de *civilizar o Rio de Janeiro* apenas em parte deu certo. O espaço urbano hierarquizado não impediu o contato e o convívio dos diferentes grupos sociais que foi ao mesmo tempo estreito e conflituoso. Apesar da falta de limites das autoridades da época, na forma de autoritarismo social, a população encontrou através de suas bandeiras de luta – realização de Congressos, organização de greves, rebelião espontânea como no episódio da Revolta da Vacina, entre outras – formas de manifestação. No momento da eleição de 1909-1910, o distrito federal servia de palanque aos candidatos, Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, como também servia, já a algum tempo, de *locus* para as manifestações de críticas e da luta pelas reivindicações da população em geral por reformas e mudanças nos hábitos políticos que vigoravam. Podia-se notar a crítica ao conservadorismo predominante através de manifestações anarquistas, comunistas, revoltas militares para mencionarmos apenas alguns exemplos. No momento em que as manifestações de resistência colocavam em xeque as ações do governo, a resposta das autoridades era sempre marcada pelo uso da força e pela repressão. Os questionamentos deveriam ser silenciados a qualquer preço.

A modificação desse cenário parecia distante, já que a renovação política através das eleições era muito limitada na Primeira República e deve, por conseguinte, ser entendida apenas

como momento de recomposição parcial das forças. A falta de flexibilidade dos eleitos dificilmente permitia a incorporação desses novos atores sociais emergentes. As alianças eram apenas conjunturais e sempre repletas de incertezas e conflitos. Nesse cenário, outro ponto da cultura política a ser destacado é a indiferença dos poderes públicos pela solução dos grandes problemas sociais. No momento das eleições os políticos abusavam da retórica para valorizar seus discursos e propostas. Porém, quando chegavam ao governo, essas mesmas figuras não agiam em busca de soluções efetivas para as reais questões do país, muitas vezes presentes nas suas plataformas eleitorais. Portanto, um dos canais existentes para a discussão dessas práticas políticas, por intermédio da veiculação de ações e de idéias, dava-se na imprensa, um dos símbolos da civilização moderna, nosso fórum privilegiado de reflexão. Em 1904, o jornal *O Estado de São Paulo* denunciou no seu noticiário como o governo facilmente *esquecia* suas promessas, além de ter explicitado uma de suas reais motivações para a concepção de *ordem* :

Há uma revista teatral um tipo que define perfeitamente a apatia do governo: Não te rales é o alcunha (sic) desse personagem.

Podiam-lhe morrer todos os amigos, suceder as mais terríveis desgraças aos parentes e o país natal passar pelos mais duros desastres: o Não te rales a nada se movia, nada disso o interessava.

O nosso governo é a mesma coisa. (...) Os grandes problemas sociais cuja solução é cada vez mais imposta pela nossa situação, esses estão perfeitamente entregues ao azar da fortuna.

Indicados à opinião, em documentos de caráter oficial, são pouco depois abandonados, sem ninguém saber a causa desse abandono.

É flagrante a contradição entre as palavras ou, para sermos justos entre as idéias dos que têm a responsabilidade do governo, da direção do país, e os seus atos. Dos políticos do poder dizem cá para fora, para o resto da nação, o que é preciso fazer e aquilo de que ela precisa para prosperar e para se desenvolver. O resto da nação enche-se de esperanças; mas a figura retira-se do pórtico, recolhe-se ao interior do edifício, passa a outra ordem de cogitações – cogitações da manutenção da tranqüilidade, do repouso e da calma. Nada de lutas, nada de movimentos. Foi para nós que Deus fez o ócio. Roma não se fez em um dia. Basta que Roma tenha uma avenida para os romanos passarem. O governo fez uma avenida (a Central) fez tudo e o Congresso, se não fez nada, é também porque já fez tudo. É preciso deixar alguma coisa para o futuro. E a nação que seja como o Não te rales do teatro – não se importe!. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1904:1)

Assim, ao refletirmos sobre a Primeira República, compreendemos que a capital federal do Rio de Janeiro adquiriu, a partir do urbanismo forjado pelas autoridades na *belle époque*, a condição de vitrine, pólo irradiador da cultura política através das ações de seus atores sociais. Como afirmou Afonso Carlos Marques dos Santos, ao longo dos diferentes momentos históricos, a cidade do Rio de Janeiro se transformou no principal cenário de exercício do poder e laboratório de muitas experiências civilizatórias com destaque para a fase republicana. O projeto

republicano nasceu marcado pelo desejo há muito acalentado de ocidentalização do país e de participação no cenário mundial da civilização de matriz europeia (SANTOS, 2001:IX-XI).

Referências bibliográficas

- ABREU, Martha. *Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de História*. In: Raquel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho, Maria de Fátima S. Gouvêa. **Culturas políticas: ensaio de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro, Mauad, 2005. p. 409-432.
- BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli. (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- *O ESTADO DE SÃO PAULO*. Coluna *Jornais do Rio*. São Paulo, 20 de outubro de 1904. p.1.
- FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. *Política: História, Ciência e Cultura etc.* In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. v.9. n17. p.59-84.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *A política será ainda a ossatura da história*. In: **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985. p.221-242.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Contravenções e contraventores no Rio de Janeiro da virada do século*. 1998.(mimeo).
- MORSE, Richard M. *As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v.8. n°16. p.205-225.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Prefácio*. In: Carlos Kassel. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Rio de Janeiro: Secretarias das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001 (Coleção Memória Carioca). p.IX-XI.
- SIRINELLI, Jean-François. *Elogio da complexidade*. In: Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli. (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.409-418.

- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.